TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE n°: 26.131/2023

Documento de Formalização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de empresa para obtenção de 30 inscrições para o Curso Premium On-line "A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) para servidores de diversas Unidades do TRE-SC.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral	**Data**	15/08/2023
Responsável pela demanda	Cláudia Regina Damasceno Luciano		

1.3 Vinculação ao Plano Anual de Contratações

Item do plano: 29 - Cursos - Inscrição

1.4 Valor Estimado

R$59.760,00

2 Contexto

2.1 Motivação

A nova Lei de Licitações terá aplicabilidade obrigatória plenamente, em todas as esferas da Administração Pública em 2024.
A nova legislação traz várias modificações e agrega diversas disposições oriundas de julgados dos Tribunais nacionais, experiências normativas anteriores, bem como lições doutrinárias, entre outras novidades.
Assim, se faz necessário que os servidores e servidoras responsáveis pelos procedimentos de licitação e contratações do sejam capacitados e atualizados da melhor forma.

2.2 Resultados Esperados

Com a realização da respectiva ação de capacitação, espera-se que ocorra o desenvolvimento e ampliação das competências relacionadas aos trabalhos inerentes aos procedimentos de licitações e contratações públicas, tornando-os juridicamente mais seguros, econômicos, eficazes e eficientes.

2.3 Alinhamento Estratégico

OEAC1 e EJE-C2

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

[ ] Menos de 1 ano [x] De 1 a 3 anos [ ] Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

[ ] 1 unidade [ ] 2 unidades [ ] 3 unidades [x] Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Cláudia Regina Damasceno Luciano
Telefone	3373
E-mail	claudia@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Karine Borges de Liz
Telefone	3769
E-mail	karinebl@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Em abril de 2021 foi publicada a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) que substitui a Lei nº 8.666/93, a Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

A obrigatoriedade de sua aplicabilidade em todas as instâncias e esferas da Administração Pública do Brasil foi diferida para 2024.
Mesmo assim, paulatinamente já ocorreram impactantes mudanças que precisam ser devidamente compreendidas principalmente por agentes públicos.

A nova legislação representa avanço em relação ao anterior regime geral de licitações e contratações públicas. Isso porque ela exige novos passos para a fase de planejamento, agrega diversas disposições oriundas de julgados dos Tribunais nacionais, experiências normativas anteriores, bem como lições doutrinárias, entre outras novidades.

Há também novas "ferramentas", novos direitos para os fornecedores, novas competências para os agentes públicos e novas regras para as licitações e para os contratos administrativos.

Assim, se faz necessário que os servidores e servidoras responsáveis pelos procedimentos de licitação e contratações do TRE-SC sejam capacitados e atualizados de forma consistente, com profissionais gabaritados para tanto, com vistas a dar maior segurança jurídica aos procedimentos licitatórios efetuados, bem como tornar os processos mais ágeis, eficientes e econômicos.

1.2. Definição e Especificação dos Requisitos da Solução

Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática "A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)", no período de 11/09/2023 a 11/12/2023 com o professor Ronny Charles, disponibilizadas em ambiente on-line; e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo com renomados especialistas (denominadas Aulas e Oficinas Premium). Também deve haver disponibilização de material complementar; Plantão de Dúvidas durante o curso com o Professor Ronny Charles; Grupo de discussão em aplicativo de mensagens, com a participação de professores monitores, e Certificado.

Curso: "A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)".

Empresa: Grupo Centrum.

Razão Social: Grupo Centrum Capacitação e Eventos Ltda.

CNPJ: 12.622.988/0001-00.

Período: 11/09/2023 a 11/12/2023 – as aulas e oficinas ao vivo que ocorrerão das 19h às 21h.

Carga horária: 60 h.

Formato: 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas on-line, e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo, que ocorrerão das 19h às 21h.

Servidores: até 30.

1.2.1. Requisitos Funcionais

A empresa contratada deverá possuir experiência na área a ser ministrada. A capacitação deverá ser desenvolvida em linguagem clara, com aulas expositivas e dialogadas, on-line, abordando-se estudo de casos.

1.2.2. Requisitos Não Funcionais

Não se aplica a esta contratação.

1.2.3. Requisitos Externos

A capacitação deverá estar totalmente adequada às normas e melhores práticas vigentes.

1.3. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que esta capacitação contempla professores renomados, de reconhecida competência e experiência profissional e formação acadêmica na área do curso, conforme comprovam as informações constantes na página eletrônica do evento: https://ronnycharles.com.br/a-nova-lei-de-licitacoes/

1.4. Contratações Públicas Similares

Curso 01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação e treinamento na área de licitações e contratos administrativos, referente à quinta turma do Curso Premium Online "Nova Lei de Licitações e Contratos" do Professor Ronny Charles, período de 90 (noventa) dias e aula inaugural dia 21/03/2023, relativo a 02 (duas) inscrições de participantes (Bruno da Silva de Santana e Ginna Carmem de Jesus Gibson), com carga horária de 50 (cinquenta) horas, de acordo com proposta encaminhada e Nota de Empenho n.º 2023NE0000279.
Instituição Pública	Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB
Data do evento	Julho de 2023
Valor Contratado	4.580,00

Curso 02	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação e treinamento na área de licitações e contratos administrativos, Grupo Centrum Capacitação e

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Eventos Ltda., referente ao Curso Premium Online "Nova Lei de Licitações e Contratos" do Professor Ronny Charles, relativo a 12 (doze) inscrições de participantes.
Instituição Pública	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Estado da Bahia.
Data do evento	Março de 2023
Valor Contratado	27.480,00

1.5. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não há outros serviços disponíveis que atendam à demanda pretendida, nos exatos termos da atual necessidade, principalmente de disponibilidade de data e de requisitos dos ministrantes e do conteúdo programático.

1.6. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica a esta contratação.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

O custo total da demanda é de R$ 59.760,00 utilizando-se o orçamento de Capacitação.

1.8. Escolha e Justificativa do Objeto

A capacitação ofertada pela empresa Grupo Centrum Capacitação e Eventos Ltda., selecionada pelo setor requisitante (Secretaria de Administração e Orçamento), atende à demanda apresentada, pelas razões expostas no item 1.3 deste documento.

1.8.1. Descrição do Objeto

Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática “A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)”, no período de 11/09/2023 a 11/12/2023, com carga horária total de 60 horas aula, sendo 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas, com o professor Ronny Charles, disponibilizadas em ambiente on-line; e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo com renomados especialistas (denominadas Aulas e Oficinas Premium). Também deve haver disponibilização de material complementar; Plantão de Dúvidas durante o curso com o Professor Ronny Charles; Grupo de discussão em aplicativo de mensagens, com a participação de professores monitores, e Certificado.

DESTAQUES DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. Aulas Gravadas

1. Aplicação e âmbito da Nova Lei de Licitações e vigência da Lei n.º 8.666/93;
2. Nova Lei de Licitações Parte Geral (Princípios, Definições e agentes públicos);
3. Contratações Diretas;
4. Da fase preparatória;
5. Da divulgação do edital ao encerramento da licitação;
6. Dos Procedimento e Instrumentos auxiliares;

7. Contratos administrativos;

8. Gestão e fiscalização dos contratos;

9. Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos, e

10. Infrações e sanções administrativas.

II. Aulas e Oficinas Premium (ao vivo)

1. (a) A Lei 14.133/2021 e o futuro das Contratações Públicas; (b) O Novo Ciclo nas Contratações Públicas: Análise panorâmica da Lei n.º 14.133/2021 e os desafios da transição normativa;

2. (a) A Governança nas contratações públicas e a Lei nº 14.133/2021; (b) Pontos fundamentais da Análise Econômica nas licitações públicas;

3. Confecção dos Instrumentos de Planejamento: Plano Anual de Contratações - PAC, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência -TR;

4. (a) A Pesquisa de Preços na Contratação Pública; (b) Questões polêmicas sobre as contratações diretas na Lei n.º 14.133/21;

5. (a) Questões polêmicas sobre terceirização de serviços na Nova Lei de Licitações; (b) Questões polêmicas envolvendo o controle interno e externo na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

6. (a) O Credenciamento na Nova Lei de Licitações; (b) Questões polêmicas sobre a Instrução Processual e Sessão da Licitação;

7. (a) A Nova Lei de Licitações e o impacto nas Licitações para ME/EPP; (b) Defesa dos gestores e fornecedores perante os Tribunais de Contas;

8. (a) Licitações para obras públicas; (b) BIM – *Building Information Modelling*;

9. (a) Meios alternativos de resolução de controvérsias na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; (b) Mapa de riscos e matriz de riscos na Lei nº14.133/2021;

10. (a) Questões polêmicas sobre reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico na Lei nº 14.133/2021; (b) Seguro-garantia e a cláusula de retomada na Lei nº 14.133/2021;

11. Pregão eletrônico na Nova Lei de Licitações: Compras.gov.br e Portal de Contratações;

12. (a) Questões polêmicas nos Recursos Administrativos da Lei nº 14.133/2021; (b) Contrato de eficiência;

13. (a) Procedimento de Manifestação de Interesse e Pré-qualificação Permanente; (b) Gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

14. (a) Instrumento de medição de resultado, glosa e remuneração variável; (b) Sistema de Registro de Preços – SRP;

15. (a) O regime sancionatório da Lei nº 14.133/2021(questões polêmicas); (b) O Regime das Nulidades das Contratações Públicas;

16. (a) Palestra de Encerramento: A Nova Lei de Licitações e a busca pela Eficiência Administrativa; (b) Mentoria final: Vamos iniciar esse Novo Ciclo!

1.8.2. Alinhamento do Objeto

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC Instrumentos Estratégicos Setoriais Planejamento estratégico da EJESC Planejamento estratégico da SGP	Objetivos estratégicos: OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento Organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho

1.8.3. Benefícios Esperados

Com a realização da respectiva ação de capacitação, espera-se que ocorra o desenvolvimento e ampliação das competências relacionadas aos trabalhos inerentes aos procedimentos de licitações e contratações públicas, tornando-os juridicamente mais seguros, econômicos, eficazes e eficientes.

1.8.4. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática “A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)”, no período de 11/09/2023 a 11/12/2023, com carga horária total de 60 horas aula, sendo 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas, com o professor Ronny Charles, disponibilizadas em ambiente on-line; e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo com renomados especialistas (denominadas Aulas e Oficinas Premium). Também deve haver disponibilização de material complementar; Plantão de Dúvidas durante o curso com o Professor Ronny Charles; Grupo de discussão em aplicativo de mensagens, com a participação de professores monitores, e Certificado.	Até 30 inscrições	Até 30 inscrições

1.9. Adequação do Ambiente

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Orçamento Estimado

Conforme consta na proposta em anexo, para o presente curso o custo total é de R$ 59.760,00. Tal valor é previsto no Plano Anual de Contratações – 2023 – Anexo I, Item 29 – Cursos Inscrição, com valor estimado em R$ 275.000,00.

2. Sustentação de Contrato

2.1. Recursos Materiais e Humanos

Não preenchido em razão do valor da contratação.

2.2. Continuidade do Fornecimento

Não preenchido em razão do valor da contratação.

2.3. Transição Contratual

Não preenchido em razão do valor da contratação.

2.4. Estratégia de Independência Tecnológica

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3. Estratégia para Contratação

3.1. Natureza do Objeto

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.2. Parcelamento e Adjudicação do Objeto

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.3. Modalidade e Tipo de Licitação

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.4. Classificação e Indicação Orçamentária

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.5. Vigência da Garantia (se for o caso) e da Prestação de Serviço

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.6. Gestor da Contratação

Não preenchido em razão do valor da contratação.

4. Análise de Riscos

Não preenchido em razão do valor da contratação.

5. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos Estudos Preliminares e considerando que se trata de ação de capacitação essencial aos servidores, a equipe de planejamento considera a contratação viável.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo A - Dados da empresa/profissional a ser contratado

#	Nome
1	**Nome:** Grupo Centrum **Razão:** Grupo Centrum Capacitação e Eventos Ltda. **CNPJ**: 12.622.988/0001-00 **Site na web:** https://ronnycharles.com.br/ **Telefone/WhatsApp:** (83) 99975.0357 **–** Ricardo Lopes **E-mail:** contato@grupocentrum.com.br.com.br

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática "A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)", no período de 11/09/2023 a 11/12/2023, com carga horária total de 60 horas aula, sendo 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas, com o professor Ronny Charles, disponibilizadas em ambiente on-line; e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo com renomados especialistas (denominadas Aulas e Oficinas Premium). Também deve haver disponibilização de material complementar; Plantão de Dúvidas durante o curso com o Professor Ronny Charles; Grupo de discussão em aplicativo de mensagens, com a participação de professores monitores, e Certificado.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Em abril de 2021 foi publicada a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) que substitui a Lei nº 8.666/93, a Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

A obrigatoriedade de sua aplicabilidade em todas as instâncias e esferas da Administração Pública do Brasil foi diferida para 2024.
Mesmo assim, paulatinamente já ocorreram impactantes mudanças que precisam ser devidamente compreendidas principalmente por agentes públicos.

A nova legislação representa avanço em relação ao anterior regime geral de licitações e contratações públicas. Isso porque ela exige novos passos para a fase de planejamento, agrega diversas disposições oriundas de julgados dos Tribunais nacionais, experiências normativas anteriores, bem como lições doutrinárias, entre outras novidades.

Há também novas "ferramentas", novos direitos para os fornecedores, novas competências para os agentes públicos e novas regras para as licitações e para os contratos administrativos.

Assim, se faz necessário que os servidores e servidoras responsáveis pelos procedimentos de licitação e contratações do TRE-SC sejam capacitados e atualizados de forma consistente, com profissionais gabaritados para tanto, com vistas a dar maior segurança jurídica aos procedimentos licitatórios efetuados, bem como tornar os processos mais ágeis, eficientes e econômicos.

2.2. Objetivos e Benefícios

O objetivo, em suma, é atualizar servidores e servidoras quanto à aplicabilidade prática da nova Lei de Licitações, haja vista que o novo regime passará a ser obrigatório em 2024, em todas as esferas da Administração Pública no Brasil.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC Instrumentos Estratégicos Setoriais Planejamento estratégico da EJESC Planejamento estratégico da SGP	Objetivos estratégicos: OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Anexados ao PAE n. 26.131/2023.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Curso	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática “A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)”, no período de 11/09/2023 a 11/12/2023, com carga horária total de 60 horas aula, sendo 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas, com o professor Ronny Charles, disponibilizadas em ambiente on-line; e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo com renomados especialistas (denominadas Aulas e Oficinas Premium). Também deve haver disponibilização de material complementar; Plantão de Dúvidas durante o curso com o Professor Ronny Charles; Grupo de discussão em aplicativo de mensagens, com a participação de professores monitores, e	Até 30 inscrições	Até 30 inscrições

	Certificado.		

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Curso: “A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)”.

Empresa: Grupo Centrum.

Razão Social: Grupo Centrum Capacitação e Eventos Ltda.

CNPJ: 12.622.988/0001-00.

Período: 11/09/2023 a 11/12/2023 **–** as aulas e oficinas ao vivo que ocorrerão das 19h às 21 h.

Carga horária: 60 h.

Formato: 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas on-line, e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo, que ocorrerão das 19h às 21 h.

Servidores: até 30.

Custo total: R$ 59.760,00

DESTAQUES DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. Aulas Gravadas

1. Aplicação e âmbito da Nova Lei de Licitações e vigência da Lei n.º 8.666/93;
2. Nova Lei de Licitações Parte Geral (Princípios, Definições e agentes públicos);
3. Contratações Diretas;
4. Da fase preparatória;
5. Da divulgação do edital ao encerramento da licitação;
6. Dos Procedimento e Instrumentos auxiliares;
7. Contratos administrativos;
8. Gestão e fiscalização dos contratos;
9. Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos, e
10. Infrações e sanções administrativas.

II. Aulas e Oficinas Premium (ao vivo)

1. (a) A Lei 14.133/2021 e o futuro das Contratações Públicas; (b) O Novo Ciclo nas Contratações Públicas: Análise panorâmica da Lei n.º 14.133/2021 e os desafios da transição normativa;

2. (a) A Governança nas contratações públicas e a Lei nº 14.133/2021; (b) Pontos fundamentais da Análise Econômica nas licitações públicas;

3. Confecção dos Instrumentos de Planejamento: Plano Anual de Contratações - PAC, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência -TR;

4. (a) A Pesquisa de Preços na Contratação Pública; (b) Questões polêmicas sobre as contratações diretas na Lei n.º 14.133/21;

5. (a) Questões polêmicas sobre terceirização de serviços na Nova Lei de Licitações; (b) Questões polêmicas envolvendo o controle interno e externo na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

6. (a) O Credenciamento na Nova Lei de Licitações; (b) Questões polêmicas sobre a Instrução Processual e Sessão da Licitação;

7. (a) A Nova Lei de Licitações e o impacto nas Licitações para ME/EPP; (b) Defesa dos gestores e fornecedores perante os Tribunais de Contas;

8. (a) Licitações para obras públicas; (b) BIM – *Building Information Modelling*;

9. (a) Meios alternativos de resolução de controvérsias na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; (b) Mapa de riscos e matriz de riscos na Lei nº14.133/2021;

10. (a) Questões polêmicas sobre reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico na Lei nº 14.133/2021; (b) Seguro-garantia e a cláusula de retomada na Lei nº 14.133/2021;

11. Pregão eletrônico na Nova Lei de Licitações: Compras.gov.br e Portal de Contratações;

12. (a) Questões polêmicas nos Recursos Administrativos da Lei nº 14.133/2021; (b) Contrato de eficiência;

13. (a) Procedimento de Manifestação de Interesse e Pré-qualificação Permanente; (b) Gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

14. (a) Instrumento de medição de resultado, glosa e remuneração variável; (b) Sistema de Registro de Preços – SRP;

15. (a) O regime sancionatório da Lei nº 14.133/2021(questões polêmicas); (b) O Regime das Nulidades das Contratações Públicas;

16. (a) Palestra de Encerramento: A Nova Lei de Licitações e a busca pela Eficiência Administrativa; (b) Mentoria final: Vamos iniciar esse Novo Ciclo!

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Não se aplica a esta contratação.

2.11. Seleção do Fornecedor

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que esta capacitação contempla professores renomados, de reconhecida competência e experiência profissional e formação acadêmica na área do curso, conforme comprovam as informações constantes na página eletrônica do evento: https://ronnycharles.com.br/a-nova-lei-de-licitacoes/

2.11.1. Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal (junto à Receita Federal e ao FGTS) e trabalhista (junto à Justiça do Trabalho – CNDT).

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica a esta contratação.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, combinado com o art. 13, VI da Lei n. 8.666/1993.

2.13. Impacto Ambiental

A capacitação será realizada na modalidade a distância, não sendo necessários ajustes ou adequações no ambiente.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações do Contratante

O contratante se obriga a:
a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
b) promover a gestão deste Contrato por meio de seus representantes, os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015; e
c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Projeto Básico.

2.17. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:
a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estabelecidos neste Projeto Básico e na proposta comercial, que constará do PAE n. 26.131/2023;
b) desenvolver o conteúdo do programa e material didático segundo metodologia da educação a distância, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta;
c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta; e
d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 26.131/2023.

2.18. Custo estimado da contratação

Os custos totais da demanda são de R$ 59.760,00, utilizando-se o orçamento de Capacitação.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme o item 2.8.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

CATSERV: 19321

3.1.3. Vigência

A presente contratação terá vigência a partir do recebimento da nota de empenho pela contratada até o recebimento definitivo do objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 17 de agosto de 2023.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, vinculada à EJESC, manterá contato com a Contratada durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelos gestores da contratação (EJESC). Caso seja constatada falha na execução, os gestores comunicarão o fato à Contratada, para fins de solução dos problemas. Se, após notificação, a Contratada não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, os gestores da contratação comunicarão a ocorrência à Secretaria de Administração e Orçamento, para resolução do problema e eventual aplicação de penalidade.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Capacitação e atualização de até 30 servidores e servidoras na temática “A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)”, no período de 11/09/2023 a 11/12/2023, com carga horária total de 60 horas aula, sendo 28 (vinte e oito) horas de vídeo aulas, com o professor Ronny Charles, disponibilizadas em ambiente on-line; e 32 (trinta e duas) horas de aulas e oficinas ao vivo com renomados especialistas (denominadas Aulas e Oficinas Premium). Também deve haver disponibilização de material complementar; Plantão de Dúvidas durante o curso com o Professor Ronny Charles; Grupo de discussão em aplicativo de mensagens, com a participação de professores monitores, e Certificado.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho para formalização da contratação, conforme o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os gestores da contratação serão os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos da EJESC, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Serão realizados após a finalização da capacitação com o cumprimento da carga horária e programa:
a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento deve ser efetuado em 1 (uma) parcela no valor de R$ 59.760,00 (cinquenta e nove mil e setecentos e sessenta reais), após o cumprimento de todas as obrigações pelas contratadas. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.
A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico capacitacao@tre-sc.jus.br.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.2. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.1.4.

1.11.3. A sanção estabelecida na alínea "c" do subitem 1.11.2 é de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.4.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.5. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.2, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.6. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.6.1. Transcorrido in albis o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.6.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.2 exaure-se a esfera administrativa.